



MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA

mfc

Sessão de 28 de abril de 1992 ACORDÃO N.º 301-26.943

Recurso n.º 109.810 - Proc. nº 10711.003.768/87-42
Recorrente DINACO IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO S/A
Recorrid IRF - Porto do Rio de Janeiro - RJ

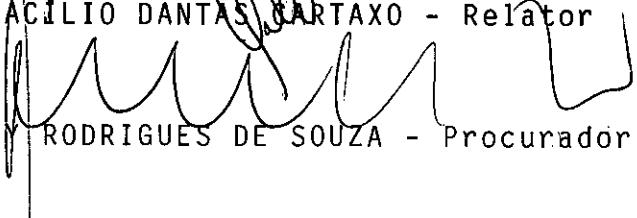
O produto polietileno de baixa densidade AC-6A classifica-se no código 39.02.22.00 da TAB. Recurso provido.

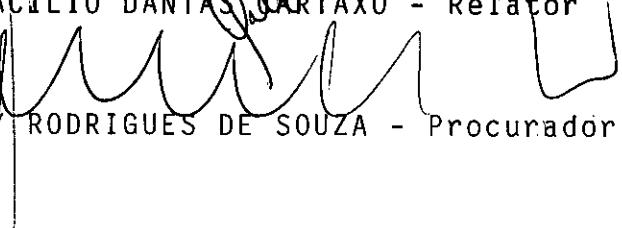
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos,

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, em dar provimento ao recurso, vencidos o Conselheiro Itamar Vieira da Costa, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasília-DF, em 28 de abril de 1992.


ITAMAR VIEIRA DA COSTA - Presidente


OTACÍLIO DANTAS CARTAXO - Relator


RUY RODRIGUES DE SOUZA - Procurador da Faz. Nacional

VISTOS EM
SESSÃO DE: 21 AGO 1992 - RP/301-0.321.

Participaram ainda do presente julgamento os seguintes Conselheiros: Luiz Antônio Jacques, José Theodoro Mascarenhas Menck, Fausto Freitas de Castro Neto e João Baptista Moreira. Ausentes os Conselheiros Sandra Miriam de Azevedo Mello e Ronaldo Lindimar José Marton.

MEFP - TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES - PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO Nº 109.810 - ACÓRDÃO Nº 301-26.943

RECORRENTE : DINACO IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO S/A

RECORRIDA : IRF - Porto do Rio de Janeiro - RJ

RELATOR : OTACÍLIO DANTAS CARTAXO

R E L A T Ó R I O E V O T O

Atendida a complementação de diligência solicitada, quanto aos quesitos formulados pela recorrente (fls. 108), por de terminação desta Primeira Câmara, conforme Resolução nº 301-0.408, de 24 de agosto de 1989, cujo relatório e voto às fls. 102/105, leio em sessão retorna o processo para prosseguimento do julgamento.

A questão do enquadramento tarifário do polietileno de baixa densidade tem sido objeto de apreciação por parte desta Câmara. Câmara em processos que versaram sobre matéria similar os acórdãos respectivos se louvam sempre nos laudos técnicos do Instituto Nacional de Tecnologia (INT), que, por seu turno, divergem frontalmente dos laudos de análise emitidos pelo Laboratório de Análise (LABANA).

No caso vertente, trata-se do produto químico conhecido comercialmente como polietileno AC-6A, que analisado pelo INT, através do parecer técnico nº 41520.000604/90 (fls. 115/120) complementado pelo de nº 01240.001514/91 (fls. 132/134) elucida a matéria ao responder o segundo quesito que foi formulado nos seguintes termos:

"Considerando que um composto de constituição química definida, quando isolado, é um composto químico distinto, cuja estrutura se conhece, que não contém outra substância deliberadamente adicionada, durante ou após o fabrico (compreendendo a depuração) pode-se afirmar que o produto analisado é um composto de constituição química definida?"

Em resposta, o citado instituto afirmou categoricamente, "ipsius litereris":

"O polímero "polietileno AC-6A" é um composto de constituição química definida de acordo com a definição contida nas notas explicativas do sistema harmonizado (NESH) - tomo I - capítulo 29 - produtos químicos orgânicos - considerações gerais (1)."

Destarte, os esclarecimentos acima são suficientes para afastar, logo, a possibilidade do produto examinado vir a ser classificado como "cera artificial", pois, de acordo com as NENAB, em notas à posição 34.04, a condição "Sine qua non" para que um produto seja qualificado como cera artificial é a de que não tenha constituição química definida.

Solicitado a identificar a composição do produto constante da amostra colhida pela R.F., (quesito 1, do laudo complementar), o INT afirma que "o produto analisado é constituído de polietileno de baixa densidade", ao contrário da conclusão do laudo de análise do LABANA, que conclui ser o produto "cera artificial de polietileno".

Ora, o laudo técnico do INT, fundamentado em sólidas razões técnicas e na literatura especializada, leva ao convencimento de que o produto, em análise, é na verdade polietileno de baixa densidade, com constituição química definida.

Por outro lado, a Nota (34-1), do capítulo 34, exclui expressamente deste código os compostos de constituição química definida, ficando, portanto, assente que a classificação correta do produto polietileno de baixa densidade é no código 39.02.22.99 da TAB.

Outrossim, esta Colenda Câmara tem jurisprudência firmada sobre a matéria, reiterada por inúmeros acórdãos.

Diante do exposto, dou provimento ao recurso.

Sala das Sessões, 28 de abril de 1992.

OTACÍLIO DANTAS CARTAXO - Relator